

RECURSO ESPECIAL Nº 1.699.367 - SP (2017/0241198-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : GREEN AGRONEGOCIOS LTDA
ADVOGADO : AROLDO JOAQUIM CAMILLO FILHO - SP119016
RECORRIDO : MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : LUCIANA VAZ PACHECO DE CASTRO E OUTRO(S) - SP163854

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GREEN AGRONEGÓCIOS LTDA. ME, com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em que se discute, entre outros temas, o prazo prescricional para cobrança de despesas de sobreestadia de contêineres (*demurrage*) no caso de transporte marítimo (unimodal).

É o relatório. Decido.

A questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação dos REsp 1.819.826/SP e 1.823.911/PE delimitado o Tema 1.035 nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA POR SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES. DEMURRAGE. TRANSPORTE MARÍTIMO. UNIMODAL. PRAZO PRESCRICIONAL.

1. Delimitação da controvérsia: definir o prazo prescricional da pretensão de cobrança de despesas de sobre-estadia de contêineres (demurrage) fundadas em contrato de transporte marítimo (unimodal).

2. Recurso especial afetado ao rito do art. 1.036 do CPC/2015. (ProAr no REsp 1819826/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 05/11/2019, DJe 07/11/2019)

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente

Superior Tribunal de Justiça

disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprido destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator